

FMI: Brasil não terá privilégios.

FÁBIO PAHIM JR., DE BERLIM.

“Não haverá tratamento especial para o Brasil”, afirmou ontem, em Berlim, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus. “Esperamos que as autoridades levem isto em conta e que consigam resolver os problemas domésticos”.

Este não foi o único recado de Camdessus a servir para o Brasil. As mudanças no FMI são extremamente lentas e só agora o diretor-gerente, que é o principal executivo da instituição, falou em perdão de dívidas, isto é, da expressão **debt relief**, que começa a aparecer com frequência cada vez maior na imprensa internacional. Mas se o perdão é óbvio quando se trata dos países pobres, o mesmo não acontece com os países de renda média. Nesse caso, disse Camdessus, “são os bancos que devem tomar as decisões, e devem ver o que podem aportar para resolver os problemas desses países”.

A entrevista de Camdessus trouxe, simultaneamente, as grandes linhas para a 43ª Assembléia Anual do FMI-Bird — cujas reuniões preparatórias começaram ontem, em Berlim Ocidental — e a reafirmação dos velhos pontos de vista e consensos da instituição.

1) O encontro de Berlim vai discutir mais o futuro do que o presente. Por exemplo, a integração da Comunidade Econômica Européia em 1992 interessa de perto às grandes nações industrializadas.

2) A pior solução para os pobres é a inexistência de ajustes, ou seja, de políticas de redução do déficit à eliminação da inflação. “Os pobres são os que mais sofrem com os desajustes”, disse Camdessus.

3) Os países precisam trabalhar de for-

ma coordenada, para que as flutuações domésticas não prejudiquem os demais.

4) Para crescer mesmo com alto endividamento, os países de renda média, caso do Brasil, “devem atuar mais e melhor, levando em conta a evolução dos mercados e a evolução ideológica. Se o mercado permite, deve-se reduzir a dívida, dentro de um mix de políticas”, afirmou Camdessus.

5) Até abril de 89, o FMI fará uma revisão de suas cotas e Camdessus espera ser possível elevar os recursos em 50%, o

que, entretanto, não permitirá atender a todos os interessados. O diretor-gerente informou que anunciará novos programas do FMI ainda na 43ª assembléia.

Para o Brasil, o interesse maior estaria no encaminhamento da criação de uma agência internacional que permita a transformação das



Camdessus: atuar melhor.

dívidas em títulos. Com a agência, os bancos poderiam transferir para os devedores o desconto com que os empréstimos já são negociados. O FMI pode contribuir para que essa agência saia da tese e passe para a realidade.

Os países em desenvolvimento que atuam nos mercados internacionais de crédito, reunidos no Grupo dos 24, ou G-24 (cujo **chairman** é o ministro brasileiro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, que chega hoje a Berlim), já têm sua agenda preparada para a Assembléia FMI-Bird: 1) rejeitam o protecionismo (que, aliás, prejudica os países desenvolvidos); 2) são contra as baixas taxas de crescimento econômico a nível de desenvolvidos, em especial Alemanha e Japão; 3) são a favor de políticas que promovam o crescimento em paralelo aos ajustes econômicos; 4) temem novas elevações nas taxas internacionais de juros.